

Dois horizontes em fusão: o Microcrédito e a economia de comunhão em uma parceria para a superação da pobreza

Two horizons at merge: Micro-Credit and communion economy in a partnership for the eradication of poverty

Maurício Custódio Serafim¹ e Heliani Berlato dos Santos²

Resumo

Esse ensaio tem o escopo de discutir alguns tópicos teóricos com o intuito de elaborar um primeiro esboço de uma proposta eficiente que sirva de protótipo à superação da pobreza, tendo por base um programa de microfinanças no âmbito da economia de comunhão, e por eixo a responsabilidade social. O ineditismo está na fusão dessas duas experiências e na potencialização de ambas para o alcance de seus horizontes. Para que o objetivo fosse atingido, foi feita uma discussão sobre microcrédito e microfinanças sob a ótica da auto-sustentabilidade. Sobre a economia de comunhão foram expostas as características e o desenvolvimento atual, sendo considerada como um *locus* social e cultural adequado à implementação do mecanismo de microcrédito. Por fim, considerações para futuras pesquisas foram feitas.

Palavras-chave: Micro-finanças. Superação da pobreza. Economia de comunhão. Micro-crédito. Sustentabilidade.

Abstract:

This paper has the aim of discussing some theoretical topics with the intention of elaborating a first sketch of an efficient proposal that to be a prototype to the elimination of poverty. Its basis is a micro-finance program in a communion economy environment and having social responsibility as its axis. The innovation here is the coalition of those two experiences and its potencialization to reach their horizons. In order to reach the objective, the paper discusses micro-credit and micro-finance under the sustainability point of view. About communion economy, it exposed its characteristics and its current development, being considered as a social and cultural locus appropriate to the implementation of micro-credit mechanisms. Finally, considerations for future researches were made.

Keywords: Micro-finance. Eradication of poverty. Communion economy. Micro-credit. Sustainability.

Introdução

O presente trabalho parte da premissa do relacionamento direto entre a potencialidade humana e o desenvolvimento socioeconômico, em uma espécie de inter-relação entre o micro e o macro. Por isso, cabe aqui discutir sobre a questão que muitos colocam sobre a eficácia de um projeto que se pretende começar pequeno (como muitos outros) na solução de problemas complexos, como é o caso da pobreza. Muitos dizem: “não há saída sem que o ambiente macro seja modificado primeiro, investindo pesadamente em políticas públicas (no sentido estatal)”. É claro que o ambiente macro exerce uma grande influência no ambiente micro, contudo ele apenas condiciona e não determina. Condicionamento significa que há graus de liberdade consideráveis para que os atores experimentem propostas que, em seguida, possam se tornar paradigmas¹ para futuras políticas públicas (estatais ou não).

¹ serafim.mc@gmail.com - professor do curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc (Criciúma-SC) Produtor editorial da RAE eletrônica

² hberlato@gmail.com- Bolsista CNPq

Há uma importante característica das políticas públicas que se não discutida pode gerar muitos mal-entendidos: a palavra-chave em política pública não é “resolveu”, e sim “melhorou”. Se pensarmos em termos de resolução, entramos na lógica do “tudo ou nada”, do “sim ou não”, podendo cair em justificativas que beiram a crueldade, por determinada iniciativa – em determinado ponto de vista – não ser “a” solução do que chamam de problema, deixando na míngua pessoas que poderiam ter sua condição humana melhorada, apesar de não “resolvida”. Quem pensa em termos de melhoramento pensa por graus, por espectros, que vão de ruim a bom e muito bom, passando pelo menos ruim. Não é pelo fato de que uma determinada iniciativa não resolva definitivamente todos os problemas de uma determinada questão que ela, a iniciativa, não deva existir. Tomando apenas o ideal, a perfeição, como parâmetro – sem considerar muito mais importante o melhoramento do estado atual em relação ao estado anterior – favorece a postura do “elogio do negativo”, que alimenta uma cultura do infortúnio, porque o foco está centrado no quão distante a iniciativa está do ideal, ao invés de focar no que podemos fazer para que a iniciativa progrida, gradualmente (passo a passo), ao almejado, ao desejado. Não se deve esquecer de que o ótimo pode vir a se tornar o maior inimigo do bom.

Com isso bem claro, o objetivo desse ensaio é servir como um incentivo intelectual e inicial para a elaboração futura de uma proposta eficiente que sirva de protótipo à erradicação da pobreza, tendo por base um programa de microfinanças, no âmbito da economia de comunhão, e por eixo a responsabilidade social.

O trabalho se encontra estruturado da seguinte forma: primeiro uma breve discussão sobre o que é considerado como o ponto central na questão da superação da pobreza. Num segundo momento, se discutirá o microcrédito (ou microfinanças) ao estilo do *Grameen Bank* como uma resposta eficiente ao problema levantado. Em seguida, será apresentada a proposta de economia de comunhão e suas peculiaridades construídas ao longo dos 13 anos, desde que foi fundada. O autor considera que essa proposta tem muito a contribuir no campo experiencial, ao mesmo tempo em que é um contexto sócio-cultural adequado à inserção do instrumento de microfinanças. O tópico seguinte trata exatamente disso, isto é, da confluência de duas experiências que estão sendo desenvolvidas separadamente e que, agora, podem se unir para que se consiga superar a maior chaga que a humanidade criou. Nas considerações finais, se sugerem temas de pesquisa e sugestões de avanço no tema.

1 O problema

A estrutura social na qual estamos imersos não está gerando as condições necessárias para que as pessoas se tornem “senhoras de seu próprio destino”. Significa que a potencialidade humana da auto-sustentabilidade não é uma premissa prioritária no âmbito das políticas públicas e dos projetos sociais e organizacionais. Com isso, há a interdição de um relacionamento íntimo entre dois fatores: a potencialidade humana e o desenvolvimento socioeconômico. Tal interdição é um dos grandes responsáveis pela enorme desigualdade social que o País apresenta, e pelos mal-entendidos que geralmente estão presentes em vários projetos direcionados aos mais empobrecidos.

As experiências de oferecimento de alimentos, roupas e outros benefícios imediatos, embora necessários em determinadas ocasiões, mostram-se inadequadas para o enfrentamento da situação socioeconômica atual como um todo. Também se mostram inadequados cursos profissionalizantes oferecidos gratuitamente, sem levar em conta o “saber-fazer” das pessoas na comunidade e sem as perguntar do que realmente precisam.

Além disso, tais programas incentivam muito mais a “síndrome do empregado” (DOLABELA, 1999) do que a capacidade empreendedora. E isso é problemático porque de acordo com Yunus (ibidem. p. 270) não há uma relação necessária entre a criação de empregos e a superação da pobreza. Ele diz que “para erradicar a pobreza é preciso tomar medidas mais globais e profundas que a simples criação de empregos. Não é o trabalho que salva os pobres, mas o capital ligado ao trabalho”. E em tom provocador ele escreve:

... é importante observar – especialistas em desenvolvimento de todo o mundo, atenção! – que nenhum dos nossos financiados sentiu necessidade de algum treinamento especial, por menor que fosse. Suas atividades cotidianas, em casa ou em seu campo de trabalho, lhes tinham garantido uma autoformação (ibidem. p. 264).

Portanto, o grande “nó” da questão da erradicação da pobreza se encontra em um outro lugar. É preciso conhecer as condições limitantes que tornam e mantêm as pessoas empobrecidas, e descobrir a “alavancagem” mais eficaz, ou seja, onde as ações e mudanças na estrutura podem trazer resultados significativos e duradouros. Para o presente trabalho, um programa de microfinanças é essa alavancagem. Não significa que será “a” solução, mas será um instrumento útil para pesquisas e ações concernentes à economia de comunhão, à responsabilidade social, à ética organizacional, e/ou a outros projetos focados na problemática da pobreza.

2 O Microcrédito e o combate à pobreza

Assim como o macro influencia o micro, o micro também pode influenciar o macro. É uma via de mão dupla. O professor Muhammad Yunus (1999) dá o exemplo do seu *Grameen Bank*: ele é responsável por 1,4% do PIB de Bangladesh. Sua experiência, que começou quando muito pequeno, está influenciando não apenas o macro em relação ao seu país, mas em relação ao mundo, pelo fato de sua experiência no combate à pobreza estar sendo implementada em mais de 60 países. Sua experiência (que será detalhada a seguir) inaugurou uma nova forma de enfrentamento do problema que a pobreza pode trazer para o ser humano e para a comunidade que, se averiguado os dados divulgados pelo Banco Mundial², é de extrema urgência que seja difundida na América Latina. Segundo esses dados, a região é a mais desigual do mundo e, durante os últimos 50 anos, não se modificou esse quadro. A principal conclusão da pesquisa é que os 10% mais ricos da região detêm hoje 48% da renda total. Na outra ponta, os 10% mais pobres ficam com apenas 1,6% do total. Nesse contexto, o Brasil continua o “mais desigual da região mais desigual”. O País perde em desigualdade de renda apenas para cinco nações africanas: Namíbia, Botsuana, República Centro-Africana e Suazilândia. O Banco Mundial destaca ainda que a diferença de padrão entre ricos e pobres na região – no Brasil em especial, em que 10% dos mais ricos detêm 75,4% da riqueza total brasileira (SAFATLE, 2004) – é um poderoso entrave a qualquer política de desenvolvimento sustentável. Diante deste quadro, é mais do que justificável um programa de combate à pobreza.

Mas, afinal, quais as características do programa de microcrédito proposto por Yunus? Após observar o potencial feminino para alavancar a economia local, elas foram convidadas a participar de um projeto inovador de geração de renda. Considerando suas habilidades produtivas prévias, um valor monetário quase insignificante que lhes seja concedido é capaz de produzir uma diferença incomensurável em suas vidas, em suas famílias e na economia do lugar. A garantia do empréstimo é dada pelo acompanhamento de um grupo solidário de financiadas, em número de cinco. Na medida em que uma delas não cumpra com sua responsabilidade, o valor não é renovado para as demais. Dessa forma, todas se empenham em fazer prosperar as demais como condição para que também possam receber a parcela seguinte, o que possibilitará seu crescimento. Além disso, quando obtido coletivamente, o êxito/sucesso não é apenas econômico, mas também social, pois ao conseguir pagar o seu próprio financiamento mostra às outras do grupo que ela é capaz, que pode “honrar” um compromisso. Esse sentimento é indispensável ao processo, porque quando uma pessoa se encontra em condição de empobrecimento, sua auto-estima é solapada. A prioridade é sob as mulheres porque se averiguou que por intermédio delas os benefícios do crédito se irradiam com mais eficácia para toda a família.

A partir das experiências bem-sucedidas, o microcrédito foi se transformando em um instrumento importante e fundamental para os programas de superação³ da pobreza no mundo⁴. Além disso, tais experiências foram responsáveis pela destruição de vários mitos que cercam a pobreza e os empobrecidos. No quadro a seguir é feito um resumo:

MITO	REALIDADE
Os empobrecidos não conseguem repagar empréstimos	Populações de baixa renda poupa, e podem tomar dinheiro emprestado e repagar ⁵
Subsídios são necessários para serviços direcionados às populações de baixa renda	Pode-se cobrar por um serviço e cobrir seus custos
Não se deveria buscar lucro de serviços para populações de baixa renda	Consegue-se gerar lucro de um serviço oferecido para populações de baixa renda

Quadro 1: Destruindo os Mitos

Fonte: GALLAGHER (2003); YUNUS (2001)

Neste artigo, irão ser adotados os termos “finanças solidárias” e “microfinanças”, por se entender que eles remetem a uma definição mais rica que o termo microcrédito. Finanças solidárias (microfinanças) se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado (saber-fazer⁶) em cada território, priorizando os excluídos do setor financeiro tradicional, como parte de uma estratégia sustentável para combater a pobreza. Constituem-se num elo de integração e sustentação de uma relação duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade e criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente terá de ser integrado e sustentável (COELHO, 2003; GALLAGHER, 2003).

Pode-se começar a caracterização de um programa de finanças solidárias com a metáfora da vara e do peixe. Diz-se que “não devemos dar o peixe, mas ensinar a pescar”. No entanto, os serviços financeiros sob o ponto de vista solidário sugerem que não é nem ensinar a pescar e nem dar o peixe. Mas criar condições para que “pesquemos e comamos o peixe juntos”. Isso significa que o crédito oferecido numa relação de confiança – diferentemente dos bancos tradicionais que

partem do pressuposto de que as pessoas são desonestas – catalisam a “capacidade empreendedora” dos empobrecidos, fazendo com que superem as barreiras responsáveis pela sua permanência no ciclo vicioso da pobreza (privação absoluta de crédito como um direito humano – perda da autoconfiança produtiva – inexistência de renda – desintegração da capacidade de auto-sustentação). Com isso, há o deslocamento para um círculo virtuoso da auto-sustentabilidade (concessão de crédito – estímulo à capacidade produtiva – geração de renda – criação da capacidade de auto-investimento) (YUNUS, *ibidem*.)

Ao se falar da capacidade empreendedora não significa que deva haver uma discriminação prévia entre as pessoas empreendedoras e as não-empreendedoras para a concessão do crédito. Na verdade, parte-se do pressuposto de que todas as pessoas possuem talentos, criatividade, inventividade e capacidade de imaginar, desenvolver e realizar sonhos/visões (FILION, 1999). Também se conclui que o programa de microfinanças enfatiza a criação do auto-emprego e do trabalho autônomo, e não na criação de emprego. Por isso é que neste trabalho é usa-se o termo “geração de renda” e não “geração de emprego e renda”. Essa idéia está amparada nas palavras de Rahnema (2000):

[...] do que os pobres precisam não é a produção de recursos econômicos ou serviços, que afinal beneficiam outros ou as gerações seguintes. Precisam antes recuperar sua efetiva capacidade de captar seus próprios recursos autóctones, obtidos na sua região – que são totalmente diferentes daquilo que os economistas chamam de recursos (ibidem. p. 240).

Segundo Yunus (*ibidem*.), uma outra característica é que a idéia de microfinanças funciona em qualquer sistema ou estrutura econômica, validada por sua bem-sucedida implantação nos mais variados países, tendo que apenas fazer alguns ajustes de acordo com a cultura de cada realidade.

No programa de microfinanças proposto neste projeto, a ênfase é o crédito para investimento, para que o financiado possa construir uma fonte de renda, invertendo a lógica do crédito tradicional que enfatiza o crédito para o simples consumo. As diferenciações seguem no quadro abaixo:

CRÉDITO TRADICIONAL	CRÉDITO PARA INVESTIMENTO
Crédito é para o consumo: a pessoa se endivida;	Crédito é para a produção: estimula a pessoa a se tornar produtora;
Para pagar o valor devido, é necessário que alguma fonte de renda o cubra;	Como conseqüência, ela vai ter uma fonte de renda, pois o empreendimento criado gera renda;
É necessário que a pessoa produza, ou venda sua força de trabalho;	Com isso é criada a capacidade de consumo;
Há uma tendência de queda de consumo na medida em que há um acúmulo da dívida.	Há uma tendência de aumento de consumo.

Quadro 2: Diferenças entre crédito tradicional e crédito para investimento

Fonte: Yunus (2000)

Contudo, é importante dizer que, além da destruição dos mitos sobre a pobreza, é mister enfatizar que o programa de finanças solidárias é parte de um novo paradigma em formação. O mesmo paradigma na qual a “economia de comunhão” (ver item a seguir) e a “economia solidária” (ver SINGER e SOUZA, 2001) se inserem. No quadro abaixo, estão as características de ambos, o antigo e o novo paradigma.

ANTIGO	NOVO
Os empobrecidos são ignorantes e incapazes de identificar e aproveitar oportunidades	As populações de baixa renda entendem seus desafios, conseguem aproveitar oportunidades, mas faltam as ferramentas e os recursos necessários
Os mini e micro negócios somente conseguem pagar taxas de juros baixas	Acesso aos serviços flexíveis e convenientes é mais importante do que preço
Orientação para o bem do indivíduo	Construção de instituições sustentáveis para o bem coletivo
Setor informal é crime e deve ser combatido	O setor informal oferece trabalho e renda. Pontes deveriam ser construídas e incentivos oferecidos para formalizar a atividade econômica

Quadro 3: O Novo Paradigma

Fonte: GALLAGHER, 2003; YUNUS, 2001.

3 Economia de comunhão

A economia de comunhão (EdC)⁷ é uma experiência que se iniciou no Brasil em 1991, proposta pela fundadora e presidente do Movimento dos Focolares⁸, a italiana Chiara Lubich. Possui como objetivo principal a transformação cultural da vida econômica e empresarial, tendo por base a espiritualidade do Movimento, que visa a um mundo mais unido e à fraternidade universal.

Uma das expressões práticas dessa visão cultural é colocar em comum parte dos lucros das empresas que se engajam, com o propósito de torná-la disponível aos mais empobrecidos, dando-lhes condições de vida e a possibilidade de um trabalho. De um modo mais específico, o lucro é dividido em três partes: uma voltada para a própria atividade produtiva de modo que se mantenha viável; outra para a difusão da chamada “cultura da partilha”, por meio do apoio à formação humana, como congressos, estruturas, bolsas de estudo e divulgação na imprensa; e a terceira parte para os mais necessitados, inicialmente no âmbito dos Focolares (PINHEIRO, 2000; BRUNI, 2005).

As bases da EdC são derivadas da prática da comunhão de bens⁹ vivida ao longo de 60 anos no Movimento dos Focolares¹⁰. Assim, ao invés de primar pela acumulação de riquezas – aspecto fundamental do atual sistema econômico e da “cultura do ter” –, a EdC se caracteriza pela “cultura da partilha”. Essa cultura vem propor uma lógica capaz de conter não apenas um novo sujeito, mas uma nova atitude, que se manifeste e se revista da própria novidade do sujeito: não é um “eu possuo”, ou “ninguém possui”, ou “todos possuem”, mas “todos partilhamos”.

No contexto da EdC, o lucro é um componente primordial e estratégico, dado que mediará e processará a partilha. Neste sentido, no entender de Pinheiro (2000), a atividade produtiva e financeira extrapola a esfera da produção e da distribuição e entra na dinâmica da comunhão, a única, possivelmente, capaz de eliminar pela raiz a lógica da exclusão que leva ao empobrecimento. Nas palavras do sociólogo italiano Sorigi (1998, p. 34), “a economia de comunhão surge como uma tentativa de (re)significar a economia, descobrindo-a em sua sociabilidade original, como expressão da vida social e caminho privilegiado de subjetivação, tendo por base a construção de uma sociedade efetivamente solidária”. Neste aspecto, a EdC possui um forte viés ético ao considerar a solidariedade como um dos critérios da prática econômica.

Contudo, alerta Araújo (1998), não se trata apenas de colocar em comum moeda corrente para atingir os fins já mencionados, mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum a experiência adquirida, a capacidade gerencial, e até mesmo patentes. Portanto, a partilha não é apenas de bens materiais, mas também de bens imateriais: propósitos, tempo, capacidades, conhecimento e orientações (QUARTANA, 1992).

Dessa forma, é exigida na esfera das ações econômicas e organizacionais, uma transformação profunda das relações com os sócios, funcionários, fornecedores, clientes, inclusive com os concorrentes, de modo a prevalecer hábitos em que a partilha seja o critério principal das tomadas de decisão. Frutos dessas transformações, distinguem-se duas grandes particularidades entre as empresas que aderem à EdC e a outras formas de experiência econômica, como a filantropia, em que o empresário faz uma boa ação distribuindo parte de seus lucros para fins humanitários. Primeiramente, quem aceita livremente a EdC não separa o momento da produção do momento da distribuição. Com isso, não se aceita que o fim justifica os meios. De acordo com Zamagni (1999, p. 23), “[...] isso é uma novidade significativa, porque na base de muitos comportamentos filantrópicos está a ação de agentes econômicos que, sem qualquer escrúpulo, obtêm lucros exorbitantes, para depois aplicar uma parte em beneficência. E isso é totalmente inaceitável”. A segunda particularidade está no fato de que as empresas não agem de maneira que a ética seja subjugada às exigências do mercado ou da economia. Ainda segundo o autor,

Nestes últimos anos se tem falado muito da ética dos negócios, que se fundamenta na idéia de que, se a empresa estabelecer para si um código deontológico, terá maiores possibilidades de obter lucros por meio do chamado ‘mecanismo da reputação’. Essa atitude, embora contenha elementos autênticos, pode produzir efeitos culturais desastrosos, porque quando encaramos a ética como um elemento à disposição dos interesses da empresa, quando a instrumentalizamos, nós a destruímos. E quando destruímos a ética, destruímos o homem (ZAMAGNI, 1999, p. 23).

Portanto, a EdC não se confunde com a filantropia, se aproximando mais com o que se vem discutindo acerca da responsabilidade social empresarial¹¹. Ao compartilhar seus lucros, não é pedido aos sócios de uma empresa de EdC simplesmente um trabalho voluntário ou filantrópico, mas que a administrem com toda a responsabilidade jurídica e patrimonial conseqüente, apesar de renunciar a uma parte dos lucros (GUI, 1998). É importante ressaltar que o aspecto da “partilha na liberdade” com que os lucros são colocados deve ser a motivação da empresa, a fim de que outras pessoas de boa vontade como os trabalhadores, fornecedores e clientes sejam moralmente envolvidos no projeto. Entretanto, se alguém se sentir constrangido, achando-se de algum modo lesado por dar parte do lucro, é sugerido que não o faça, para que a motivação do espírito da EdC não se enfraqueça.

Um outro ponto importante e conseqüente do que foi exposto é olhar a EdC sob o enfoque que a teoria organizacional chama de *stakeholder*. Segundo Freemam e Reed (1983), *stakeholder* é qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar o alcance dos objetivos organizacionais, ou que é afetado pelo alcance destes objetivos. Esse conceito inclui os interesses daqueles afetados, em um determinado instante, pelas ações organizacionais, e que podem, em razão disso, tornarem-se atuantes sobre a organização. É comum citar como *stakeholders* os clientes, acionistas e/ou proprietários, fornecedores, os sindicatos, as autoridades legais, a concorrência e, por conta do movimento de responsabilidade social empresarial, os funcionários, a comunidade local/global e o meio ambiente. A peculiaridade da EdC é considerar também como *stakeholder* os empobrecidos, por seus interesses¹² estarem incluídos – e, portanto, necessariamente são afetados e afetam – nos objetivos organizacionais. É importante acrescentar que eles, os empobrecidos, são considerados como agentes ativos¹³ da organização, estabelecendo-se uma relação horizontal paritária, e não uma relação vertical e desigual típico das relações filantrópicas.

Aqui se faz um desvio para se questionar se não haveria uma incompatibilidade entre a EdC e a dimensão econômica na qual está inserida. A idéia de incompatibilidade pode ser traduzida pelo que Wuthnow (1994, p. 626) denominou de “tensão”. Para o autor, há uma tensão entre a ética religiosa e a vida econômica e que reside no contraste que Weber enfatizou entre a racionalidade orientada a valores e a coordenação sistemática de meio e fins que caracterizam a racionalidade instrumental moderna. Neste sentido, como é possível lidar com essa tensão? A meu ver, há quatro possibilidades: (a) de uma forma “esquizofrênica”, por assumir os padrões de comportamento econômico no cotidiano do sistema social correspondente, assumindo comportamento diferente ao estar no sistema social religioso (abordagem mais alinhada com a administração científica); (b) de uma forma “adaptativa” do ponto de vista do domínio religioso, em que esse se modifica de acordo com o ambiente econômico para se adequar e poder sobreviver (abordagem mais alinhada com a teoria da contingência); (c) de uma forma “ecológica”, em que a orientação da conduta religiosa é compatível (*fitness*) com a vida econômica (abordagem mais alinhada com a ecologia organizacional); (d) e, de uma forma “transformadora”, em que busca imprimir um comportamento econômico conforme a ética religiosa, de forma que não haja dilemas entre essa duas esferas. A questão central deixa de ser os dilemas e passa a ser estratégias ou formas de convergência. Ao que tudo indica, a EdC pretende caminhar de acordo com o último item.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento da EdC, nas tabelas a seguir, é possível apreciar um panorama histórico da EdC no mundo. Em sua maioria, as empresas são de pequeno porte e com faturamento em geral não superior a vinte milhões de dólares/ano, atuantes nos vários setores da economia: 51% no setor de serviços, 25% no setor produtivo, 20% no comércio e 4% em outros setores, inclusive no financeiro. Desde o início da EdC, em 1991, calcula-se que do universo total de empresas que iniciaram, 14% encerraram suas atividades. No Brasil, atualmente, se contabilizam 112 empresas atuantes.

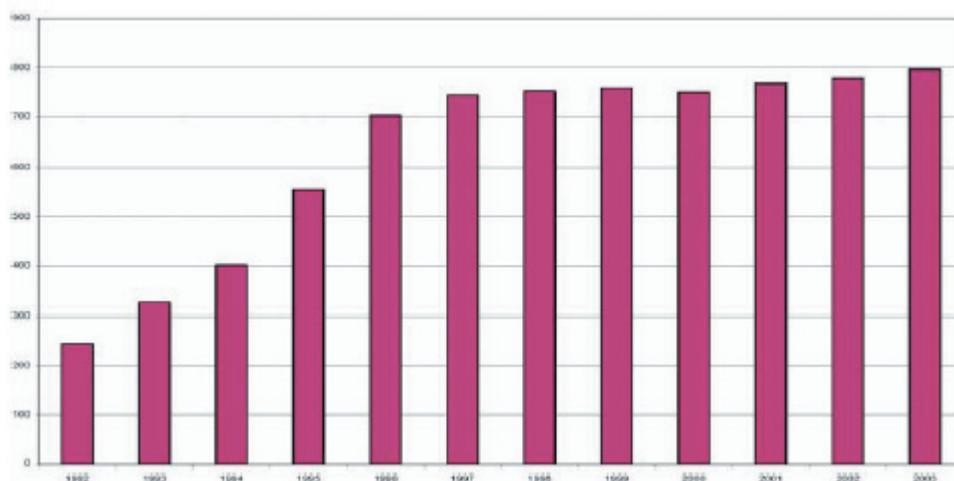


Figura 1: Estatística do desenvolvimento das empresas de EdC no mundo – Janeiro de 2004

Fonte: Escritório Central da EdC/Roma.

Tabela 1: Número de empresas por continente

Continentes	Ano											
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
EUROPA	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486	469
ÁSIA	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47	42
ÁFRICA		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9	9
AMÉRICA	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230	269
OCEANIA	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6	8
TOTAL	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778	797

Fonte: Escritório Central da EdC/Roma.

Tabela 2: Distribuição das empresas de EdC no Brasil em 2001

Região	Nº de empresas	%
Norte	8	9,09
Nordeste	9	10,23
São Paulo	35	39,77
Brasília	5	5,68
Mariápolis		19,32
Ginetta ¹⁵	17	
Porto Alegre	14	15,91
Total	88	100

Fonte: Comissão Nacional EdC/Brasil.

A comunhão de bens permitiu atender no ano de 2000 a 84% das necessidades totais dos mais empobrecidos. Um número que atinge a quase totalidade dos objetivos sociais no âmbito do Movimento dos Foculares, necessário para que essa experiência venha, num próximo passo, transpor suas fronteiras. As tabelas a seguir mostram os números de famílias ajudadas pela EdC no ano de 2000 por continente, e a classificação dos percentuais (em relação ao total) das principais necessidades primárias demandadas e atendidas nesse mesmo ano:

Tabela 3: Famílias por continente

Continente	Nº de famílias atendidas
África	6.184
América Latina	2.518
Ásia	897
Europa (em particular Europa Oriental)	1.207
Austrália	24
Total	10.830

Fonte: Espri Notícias, ano 6, nº 12, jun. 2003

Tabela 4: Necessidades (%).

Necessidades	%
Alimentação	48
Educação fundamental	17
Assistência médica urgente	17
Habitação	13
Outros	5

Fonte: Espri Notícias, ano 6, nº 12, jun. 2003

Tabela 5: Número de empobrecidos que participam da EdC

Continentes	Ano												
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa	938	1.516	1.734	1.715	1.809	1.836	1.787	1.403	1.207	1.425	948	1.127	1.230
Ásia	448	625	920	955	983	976	974	954	897	1.401	1.299	1.451	1.598
África	1.306	933	984	1.194	1.265	1.367	1.394	1.926	6.184	6.182	6.263	6.349	1.227
América	1.752	1.792	1.806	1.949	2.457	2.434	2.258	2.354	2.518	2.645	2.801	2.422	2.635
Oceania		28	30	35	53	53	53	35	24	24	41	56	25
Total	4.444	4.894	5.474	5.848	6.567	6.666	6.466	6.672	10.830	11.677	11.352	11.405	6.714

Fonte: <<http://www.edc-online.org>>.

Tabela 6: Forma jurídica das empresas

Individual	48%
Sociedade anônima	37%
Limitada	8%
Cooperativa	5%
Associação	2%

Fonte: <<http://www.edc-online.org>>.

Ainda na perspectiva do desenvolvimento do projeto, há também o Pólo Industrial *Spartaco*, no município de Cotia (SP), que abriga sete empresas num regime de condomínio¹⁴, controlado pela *Holding Espri S.A.* (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), uma empresa de participação¹⁵ responsável pelo suporte estrutural à EdC no Brasil. Ela canaliza recursos para as empresas sob a forma de empréstimos ou de participações que são feitos por intermédio de subscrição de cotas de capital, cuja propriedade é conservada pelos participantes, mesmo sem ter expectativas de lucro num prazo definido. Detalhadamente, sua função é: a) criar e manter serviços para todo o grupo; b) dar assistência às empresas em fase de formação ou reestruturação, por meio de elaboração de planos de viabilidade econômica; c) oferecer a todas as empresas serviços contábeis, jurídicos e fiscais, com a máxima confiabilidade e em condições favoráveis; d) poder verificar o desempenho das empresas e até mesmo incentivar novas iniciativas; e) dar oportunidade a quem não tiver capital suficiente para participar diretamente de um empreendimento como acionista.

E por que estudar a EdC? Ela é uma proposta *sui generis* no século XX e início do século XXI, trazendo elementos que atendem aos requisitos da eficiência econômica, sem sacrifício dos requisitos de equidade e/ou liberdade. Ela está propondo uma verdadeira quebra de paradigma no âmbito econômico e organizacional, ao fazer uma releitura da função da empresa e dos pressupostos do agir humano no espaço de produção. Espera-se que a pesquisa empírica que será realizada no decorrer do doutorado possa demonstrar com mais profundidade essas afirmações. Além disso, o reconhecimento da EdC nos meios acadêmicos e culturais, que se iniciou no período de 1995, com a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* a Chiara Lubich pela Universidade de Lublin, na Polônia, e a apresentação desta experiência na Cúpula Mundial de Copenhague. E, a partir daí, a multiplicação em todo o mundo de congressos internacionais, tendo em vista o aprofundamento e a avaliação da EdC18, como a realização, em janeiro de 1999, do congresso acadêmico promovido pela Universidade Católica de Piacenza, na Itália, onde foram apresentadas as primeiras reflexões teóricas a partir de uma “teoria econômica da comunhão”¹⁹. Nesta mesma ocasião, Chiara foi novamente indicada para receber o título de doutor *honoris causa* em economia. No Brasil, Chiara Lubich recebeu em Brasília, no primeiro semestre de 1998, o Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração dada pelo governo brasileiro para estrangeiros pelos trabalhos prestados à nação; em Recife, o Doutorado *Honoris Causa* em Economia, pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP e o título de Cidadã Honorária Recifense, da Câmara Municipal de Recife. A EdC suscita também interesse entre políticos das mais variadas correntes. Em maio de 1998, o projeto foi apresentado no próprio Congresso Nacional. Em dezembro de 1999, Mariápolis Ginetta em Vargem Grande Paulista (SP), local de nascimento da EdC, recebeu a visita de um grupo de parlamentares pertencente à Comissão Mista de Combate à Pobreza. Formado por 5 senadores e 3 deputados federais de diferentes partidos, a Comissão foi conhecer de perto a experiência das empresas da EdC (FARO, 2000).

Dessa forma, a EdC se apresenta como um peculiar espaço de estudo e pesquisa. Sua originalidade está se construindo por meio das experiências vividas por seus agentes econômicos ao longo desses doze anos, desde seu surgimento. O Brasil, especialmente, além de ser o berço dessa proposta, abriga a experiência do pólo industrial *Spartaco*, que está servindo como modelo para o surgimento de outros pólos no mundo²⁰.

5 O Microcrédito e a economia de comunhão juntos

Nesse projeto, dois horizontes se fundem: a economia de comunhão e as microfinanças. O horizonte em comum é o equacionamento do problema da pobreza de tal forma que ela seja erradicada. Essa fusão está sintonizada com o que disse Charles Darwin¹⁶: “Se a miséria dos nossos pobres não é causada pelas leis da natureza e sim pelas nossas instituições, grande é o nosso pecado”. Ou, em outras palavras, grande é a nossa responsabilidade ética e social.

De modo mais específico, o projeto deve ter como objetivos: a) analisar em profundidade as experiências da economia de comunhão por meio de uma pesquisa de campo; b) analisar as experiências já concretizadas de microfinanças; c) construir um programa de microfinanças com um caráter de prestação de serviços – sem atitudes assistencialistas ou paternalistas – para que, após o apoio institucional, possa se tornar auto-sustentável; d) proporcionar os meios para o desenvolvimento da inventividade e da capacidade empreendedora autóctone dos indivíduos em sua comunidade, por meio de facilidades para aquisição e manutenção de equipamentos, ferramentas, instalações etc., para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, fomentando, dessa forma, o desenvolvimento socioeconômico local.

Ambos têm a ganhar. O programa de microfinanças se beneficia por estar imerso num ambiente propício para o seu desenvolvimento. Ele pode receber parte dos recursos que a EdC destina aos empobrecidos¹⁷, bem como se favorecer das trocas de experiências entre os empresários. Inserida na “cultura da partilha”, o programa terá mais chances de se manter fiel aos princípios que o geraram, diminuindo a possibilidade de se degenerar e começar a agir como uma instituição tradicional do velho paradigma. Por sua vez, a EdC se beneficia por agregar uma ferramenta útil que proporciona não apenas uma assistência aos empobrecidos, mas possibilidades de que eles próprios superem o círculo vicioso da pobreza. Paralelo a isso, as empresas de EdC podem se favorecer de um plano de responsabilidade e marketing social por apoiarem o programa de microcrédito, o que reverte positivamente em lucros, beneficiando ainda mais a EdC, porque quanto maior o lucro, maior a partilha.

Considerações finais

O que foi escrito é apenas um esboço inicial para um programa ou protótipo que objetiva a superação da pobreza. A intenção é que se desdobre em pesquisas e se experimente, na prática, um projeto piloto. Ambas, tanto as microfinanças quanto a EdC, possuem realizações que, por si, já valem o olhar da academia, mas esse ensaio quer chamar a atenção para a possibilidade da união das duas, de modo que sua sinergia sobrepuje ambas individualmente, concernentes a soluções acerca do empobrecimento.

Como sugestão de pesquisa, seguem seis hipóteses que precisam ser investigadas. H0: a eficiência dos programas de erradicação de pobreza é afetada negativamente por pressupostos preconceituosos acerca das pessoas empobrecidas; H1: na ausência de uma política mais ampla para a erradicação da pobreza no País, medidas como a concessão de crédito às parcelas mais empobrecidas da população proporciona as condições necessárias à manifestação da capacidade empreendedora das pessoas na comunidade que, por sua vez, impulsiona a economia local; H2: a fome – consequência do empobrecimento – é mais eficientemente combatida por um programa de microfinanças; H3: o programa de microfinanças é o ponto de alavancagem para a mudança “do” círculo vicioso da pobreza “para” o círculo virtuoso da auto-sustentabilidade; H4: a estrutura jurídica do Estado beneficia as instituições bancárias tradicionais ao permitir que criem regras que excluam as camadas mais empobrecidas, por tomar como pressuposto que o peticionário é desonesto, tamanha a exigência burocrática (garantias difíceis de atender, número excessivo de avalistas, entre outras); H5: o microcrédito oferecido pelos bancos tradicionais estimulam apenas o consumo (e não a produção) não sendo, portanto, um mecanismo que auxilie na superação da pobreza.

Por fim, sugere-se que os pesquisadores, professores, acadêmicos e formuladores de políticas sociais se concentrem mais na busca, estudo e implementação de propostas e experiências criativas e inovadoras, que ousam suplantar pressupostos arraigados do tradicional paradigma do trabalho (do sistema econômico atual), redescobrimdo o que já foi dito por alguns pensadores: tudo o que é criado pelo ser humano, por ele pode ser transformado.

Referências

- ARAÚJO, V. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In: COSTA, R. et al. *Economia de comunhão*. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 9-20.
- ASHLEY, P. A. (Org.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRUNI, L. *Comunhão e as novas palavras em economia*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.
- BRUNI, L. Economia civil e economia de comunhão. *Economia de Comunhão*, São Paulo, n. 2, p. 5, set. 1996.

- BRUNI, L. Rumo a uma teoria econômica da comunhão. *Boletim da Economia de Comunhão*, São Paulo, ano 4, n. 2, p. 6-10, abr. 1999.
- BRUNI, L. (Org.). *Economia de comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.
- CANZIAN, F. Cresce desigualdade entre latinos, diz Bird. *Folha de São Paulo*, 8 out. 2003. Caderno Jornal da Ciência. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=13379>>. Acesso em: 8 out. 2003.
- CARVALHO, M. C. Microcrédito é avaliado em fórum internacional. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 6 out. 2003, n. 859, *Finanças*.
- COELHO, F. D. Finanças solidárias. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 153-164.
- DOLABELA, F. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura, 1999.
- FARO, J. A. Uma referência para os políticos. *Cidade Nova*, São Paulo, n. 1/2, p. 20-21, jan./fev. 2000.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 5-28, abr./jul. 1999.
- FREEMAN, R. E.; REED, D. L. Stockholders and stakeholders: a new perspective on corporate governance. *California Management Review*, v. 25, n. 1, p. 88-103, 1983.
- GALLAGHER, T. *Microcrédito e desenvolvimento*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E MICROCRÉDITO/ENCONTRO DA REGIONAL SUL DA UNITRABALHO, 7., 2003, Chapecó. *Anais...* Chapecó: Unochapecó, 2003. Mimeografado.
- GUI, B. Empresa e economia de comunhão: algumas reflexões. In: COSTA, Rui et al. *Economia de comunhão*. 2. ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 93-106.
- INSTITUTO ETHOS. *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LISBOA, A. M. *Empresa cidadã: nova metamorfose do capital?* Florianópolis: Cidade Futura, 2000. (Caderno Outros Valores, n. 1.).
- PINHEIRO, M. B. Economia de comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, P.; DE SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 333-351.
- QUARTANA, P. et al. *Economia de comunhão*. São Paulo: Cidade Nova, 1992.
- QUARTANA, P. et al. *Economia de comunhão*. 2. ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998.
- RAHNEMA, M. Pobreza. In: SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SAFATLE, A. O Brasil é dos ricos. *CartaCapital*, São Paulo, n. 285, p. 42-46, 7 abr. 2004.
- SINGER, P.; DE SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SORGI, T. A cultura do dar. In: QUARTANA, Pino et al. *Economia de comunhão*. 2. ed. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1998. p. 30-68.
- WUTHNOW, R. Religion and economic life. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994. p. 620-646.
- YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2001.
- YUNUS, M. *Entrevista*. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2000. DVDs e VHS. Entrevista ao programa Roda Viva na TV Cultura, NTSC, 2000.

ZAJDSZNAJDER, L. *Ética, estratégia e comunicação na passagem da modernidade à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ZAMAGNI, S. Economia de comunhão: um novo paradigma de racionalidade econômica? *Boletim da Economia de Comunhão*, Vargem Grande Paulista, ano 4, n. 1, p. 11-12, fev. 1999.

ZAMAGNI, S. Um imprescindível investimento em cultura. *Cidade Nova*, São Paulo, n. 1/2, p. 32-33, jan./fev. 1999.

Recebido em: 20.09.2004

Aprovado em: 18.4.2005